

Vista do edifício Joaquim Nabuco, nível de entrada do café e auditório.

CRÍTICA

FACES DA MEMÓRIA

Projeto de arquitetura e restauro do Centro Universitário Maria Antonia. São Paulo: Una Arquitetos (Cristiane Muniz, Fábio Valentim, Fernanda Barbara, Fernando Viégas), 2000-2001.

Ana Vaz Milheiro

Todo objeto amado é o centro de um paraíso (Novalis).

A primeira hipótese de reflexão suscitada pelo projeto de recuperação do Centro Universitário Maria Antonia, do escritório Una Arquitetos, é a da memória. Não a memória exercitada no âmbito da tradição histórica da arquitetura, mas a memória como elemento programático. Esse dado gere o projeto e impõe-se como o de maior dificuldade.

A memória surge, aliás, como tema recorrente na cultura arquitetônica ocidental, e trabalhá-la é matéria de construção que acompanha conscientemente a prática da arquitetura pelo menos desde o Renascimento. Sempre foi fonte e manancial de formas e fórmulas num mundo de iniciados. No decorrer do passado histórico da arquitetura, a memória configurou-se como espectro de definição estilística, ou melhor, como manifestação de um espírito instruído. Consubstanciou-se em elemento agregador de um passado coletivo que a atravessava como um todo, ainda que correspondesse a elaborações teóricas capazes de formular léxicos e gramáticas com aplicação direta ao novo. A memória tornou-se assim assunto de linguagem ou de fixação de um estilo. Foi ainda pretexto de maneirismos. Instrumentalizava-se mediante o desenho. Media-se

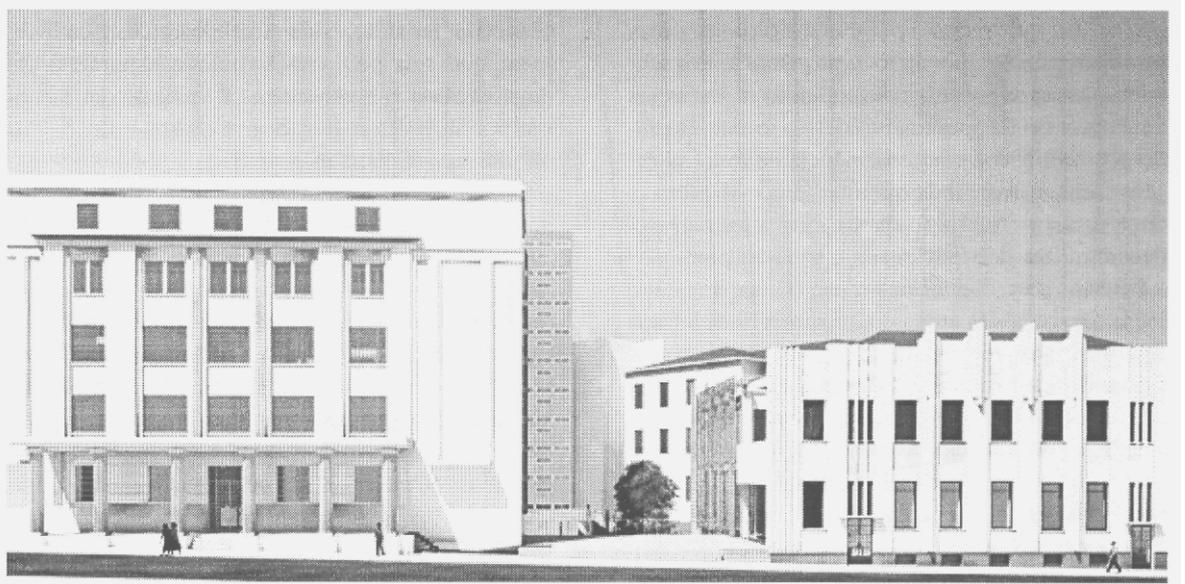
pela força da abstração e as suas implicações não estavam sujeitas a ser clarificadas. Esse princípio norteou a sua relação mais imediata com a disciplina arquitetônica, mas raramente se constituiu como imposição programática, quer dizer, como hipótese de resguardar — por meio de elementos materiais sobreviventes, independentemente de seu valor artístico — a história de um lugar.

O desejo de preservação de um lugar construído a fim de perpetuar a memória de um ato, gesto ou acontecimento é assunto relativamente recente na história da arquitetura. Transformar a memória em programa é mais que assegurar a persistência monumental de paredes vazias, imobilizando-as e espartilhando-as. É reinventar mecanismos de reavaliação do significado desses mesmos lugares. É reatar afetos que o tempo pode ter maltratado e que a própria escrita da história tenha desejado num dado momento omitir ou ofuscar. É reconstruir um quadro patrimonial com olhos postos no futuro.

Intervir em espaços como os edifícios Rui Barbosa e Joaquim Nabuco é como desfiar um passado feito simultaneamente de histórias pessoais, coletivas e institucionais que se revelam nas sobreposições labirínticas que, enquanto construções, chegaram até nós. Existe, portanto, uma teia intrincada de áreas, de resíduos, de interstícios elaborados pelos usos descontínuos desses dois edifícios que, autônomos na sua origem e vocação, o destino artificialmente unificou. Esses obstáculos físicos e materiais contam a história individual de cada um e ao mesmo tempo impedem a visualização plena, ou melhor, clarificada, dos objetivos que hoje se desejam para o seu conjunto como estrutura permeável à cidade.



Entrada do edifício Joaquim Nabuco.



Vista dos edifícios Rui Barbosa e Joaquim Nabuco.

O aspecto contundente da proposta do escritório Una prende-se assim ao destrinçar esses filtros colocados por décadas de reconstruções menos felizes e à clarificação espacial revista numa leitura das implicações que historicamente carregam. Esse princípio é pertinente, já que isoladamente os edifícios não contêm em si qualidades que exijam sua preservação material, a qual resulta, como se sabe, de contingências acidentais. É fruto de um instante histórico que colocou o edifício Rui Barbosa em evidência, transformando-o num símbolo da resistência democrática e das lutas político-estudantis antiditadura. O tombamento a que foi sujeito é assim de caráter histórico. Essa história — ou parcela dela — constitui a memória que o programa também privilegia. Não na citação conformada e estática, porque não é disso que tratam o programa e o projeto, mas no esclarecimento, por meio da arquitetura, dos sentidos que certos passados devem indiciar. Define-se num processo de apuramento desses mesmos significados simbólicos e na consciência de que utilizações continuadas, ainda que meritórias — como as de vocação cultural e formativa que atualmente já decorrem nos dois edifícios —, não são por si sós suficientes para dignificar um uso e uma memória. Há que envolvê-las numa matriz que retome a força do sentido público dos seus objetivos. O problema fica assim identificado: metamorfosear espaços fechados em estruturas abertas e transparentes perante a cidade, introduzir o conceito de espaço público ultrapassando as dificuldades decorrentes da natureza do desenho que os conformou, porque na sua gênese eram do domínio do privado.

Essa intenção emerge na proposta de criação de uma praça urbana que dará sentido ao vazio intersticial dos dois edifícios, instrumentalizada como espaço de manifestação. Corresponde ao desejo de transformar edifícios dissonantes num continente único capaz de inverter a condição inóspita de uma cidade que progressivamente se fragmenta em parcelas encerradas sobre si próprias. Enquanto método processual, trata-se de uma operação regenerativa que se fixa numa vontade de simplicidade. Como se o gesto mais simples fosse o esperado. A tentação de monopolizar a rua Maria Antonia mediante uma intervenção monumental — condição que o próprio uso dos edifícios poderia justificar, até pelos seus novos conteúdos museológicos — é recusada por essa clarividência de que o ato necessário é também o menos formal. Tudo se

resolve por meio de planos horizontais — a praça desdobrada em cotas diferenciadas ligadas por rampas — que ampliam a mobilidade do público e o cativam para ações pontuais no interior dos dois edifícios, convidando-o à participação.

A antecipação que aqui se arrisca é fruto do próprio projeto. É o trabalho do grupo Una geralmente tão repleto de intenções claras que de imediato se vislumbram possibilidades de utilizações. No caso do novo Centro Universitário o propósito parece ser o de captar silenciosamente as multidões que se acotovelam na movimentada artéria da Maria Antonia em tempo letivo ou se espalham pelas calçadas dos bares, crendo na capacidade da arquitetura de refazer hábitos e formar indivíduos. Também esse é um trabalho sobre a memória, já que se trata de recuperar a utopia da cidade como espaço livre, nem que seja pela criação rara e esporádica de lugares abertos e generosos. É um gesto que contraria a dinâmica segregadora e elitista instalada nos modos atuais de habitar a cidade.

A memória de que se serviram os autores na elaboração do projeto é precisamente essa que recupera o ideal de espaço público, que liberta as áreas residuais que circundam os edifícios privados, tornando-as chão de continuidade urbana. Dessa operação há muito que o Centro Universitário Maria Antonia carece, porque enquanto espaço cerceia ainda os movimentos individuais, quando se pretende que seja augúrio de liberdade, que finalmente perca a domesticidade decorrente das suas condições de origem, assegurando a vocação coletiva que ambiciona. A reestruturação das circulações internas pronunciadas no projeto, por exemplo, ilustra a atribuição de um sentido mais público a todo o conjunto. Era urgente racionalizar o seu funcionamento, diminuindo os obstáculos que uma circulação tortuosa impõe, porque também esta é fator condicionante, requisitando uma iniciação prévia que afasta potenciais utilizadores. Não que as sobreposições de planta que os edifícios ganharam em resultado do seu extenso tempo de vida tivessem sido concretizadas com um propósito de exclusão: as especificidades dos seus programas é que assim o determinaram. A inadequação do preexistente aos modos contemporâneos exigia que os elementos em excesso fossem eliminados para que não constituíssem empecilhos à plena comunicação das intenções que reforçam e corroboram a existência de um conjunto com as atribuições do Maria Antonia.

As virtudes que as novas áreas poderão oferecer vão desde a dignificação das atividades cênicas do grupo de teatro da USP, passando pela melhoria das novas oficinas de artes plásticas, até os espaços museológicos que albergarão o Instituto de Arte Contemporânea e seu importante acervo. Tudo isso é desenhado e reformulado com a atenção que os seus programas, ainda que múltiplos e autônomos, obrigam. Tirou-se o máximo partido do que subsistia e era imperativo manter, sem renunciar à poética que a arquitetura propicia quando exercitada com precisão e mestria. Depois de reconstruídos, esses espaços revelarão o verdadeiro sentido dos seus conteúdos. Contudo, não reside no cumprimento acertado do programa o aspecto revolucionário que o novo Centro de certo modo inaugura, mas na reafirmação da sua posição urbana, porque parte de um desejo de fazer.

Como instituição a serviço da comunidade, divulgadora das artes nas suas mais diversas e difíceis manifestações — plásticas, cênicas, literárias —, o Centro Universitário necessitava de uma estratégia arquitetônica que finalmente refletisse essa vontade de integração, já que é a arte atividade de inclusão, meio medidor da capacidade empreendedora de um povo, sinônimo de sobrevivência cultural. E por isso transporta ideais de democracia que a arquitetura tem de cumprir, disponibilizar e, por que não dizê-lo, educar, sem recurso a paternalismos indesejáveis. É na criação de um ambiente propício ao desenvolvimento do indivíduo que esta deve progredir. Esse princípio não se insere num debate regional ou brasileiro; antes se amplia à arquitetura produzida no mundo. A sua atualidade é por isso indiscutível.

Ao Centro Universitário Maria Antonia faltava então uma clareza arquitetônica que fosse capaz de acionar todos os imaginários, sem exceção, no

empenhamento da cidadania. Um processo capaz de inverter a irresponsabilidade — que injustamente se convencionou denominar liberal — que condiciona muita da construção corrente, que se demitiu de fazer e ser cidade. O arquiteto contemporâneo parece ter-se colocado à margem dos problemas sociais e urbanos, agindo como um intermediário e afastando de si responsabilidades na reconstrução das cidades. Assume-se, portanto, como um técnico executor e não como um agente participativo. Essa situação conduzirá fatalmente ao fim da arquitetura enquanto disciplina de investigação e prospecção, mantendo-a no limbo das atividades meramente burocráticas. Corre-se o risco de que requisitar um arquiteto venha a ser mero ato de uma disposição legal e não manifestação do desejo de construção do mundo.

Num tempo como o que atravessamos, em que o exercício da arquitetura não reivindica qualquer significado social ou ideológico, resta somente o desafio colocado por essa verdade simples que é existir, de fato. É por isso que a neutralidade é cada vez mais um luxo inacessível à prática profissional. O momento não é o de arquiteturas amenas, mas de arquiteturas propositivas que, contudo, não esgotem as suas ferramentas em materialidades formalistas ou exuberantes. Essa é a mensagem do projeto para o Centro Universitário Maria Antonia. É um projeto concretizado a partir de uma vontade precisa: repensar a cidade, confrontando-a com uma intervenção que espante pela sua singularidade, simplicidade, generosidade. Uma obra plena de valores que nos recordam que somos ainda humanos e que essa é a memória que pretendemos perpetuar.

Ana Vaz Milheiro é professora do Departamento de Arquitetura da Universidade Autónoma de Lisboa.